

Demonstrações contábeis

AF Energia S.A.

31 de dezembro de 2023

com Relatório do Auditor Independente

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
AF Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da AF Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

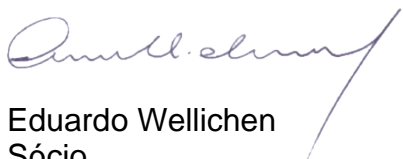
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de agosto de 2024.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Eduardo Wellichen
Sócio
Contador CRC-SP184050/O

AF Energia S.A
Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante		6.962	9.970
Caixa e equivalentes de caixa	4	186	193
Investimentos de curto prazo	5	5.748	7.498
Contas a receber de clientes	6	517	1.551
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	470	112
Créditos a receber	9	-	572
Outros ativos		41	44
Não circulante		2.197	4.569
Créditos a receber	9	-	2.383
Tributos e contribuições sociais diferidos	8	1.120	1.098
Adiantamento para futuro aumento de capital		1	1
Depósitos judiciais	10	401	401
Outros ativos não circulante		23	58
Imobilizado	11	447	481
Intangível	12	205	147
Total do ativo		9.159	14.539
Passivo			
Circulante		1.701	2.833
Fornecedores		142	133
Arrendamentos	13	75	638
Salários e férias e encargos sociais	14	1.436	1.341
Impostos e contribuições sociais a recolher	15	48	139
Dividendos declarados	18.1	-	582
Não circulante		13	2.468
Arrendamentos	13	13	2.468
Patrimônio líquido		7.445	9.238
Capital social	17	7.370	7.370
Reserva de lucros		75	1.868
Total do passivo e do patrimônio líquido		9.159	14.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AF Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	19	6.416	9.131
Custos operacionais	20	(7.330)	(6.462)
Custos dos serviços prestados		(7.113)	(6.288)
Depreciação e amortização		(217)	(174)
Lucro (Prejuízo) bruto		(914)	2.669
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro		(914)	2.669
Resultado financeiro	21	845	725
Despesa financeira		(153)	(342)
Receita financeira		998	1.067
Lucro (Prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda		(69)	3.394
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	-	(821)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	22	1.099
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(47)	3.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AF Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(47)	3.672
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(47)	3.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AF Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Lucro (prejuízo) acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.370	-	-	(1.222)	6.148
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.672	3.672
Reserva legal	-	122	-	(122)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(582)	(582)
Transferência para reserva de lucros	-	-	1.746	(1.746)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.370	122	1.746	-	9.238
Dividendos intermediários	-	-	(1.746)	-	(1.746)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(47)	(47)
Compensação de prejuízos com reserva legal	-	(47)	-	47	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.370	75	-	-	7.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AF Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(69)	3.394
Itens que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	11 e 12	217	174
Encargos de arrendamentos	13.b	117	334
Receita de aplicações financeiras		(913)	(769)
Provisão de participações nos lucros		16	216
Atualização monetária - depósitos judiciais	10	-	(11)
		(632)	3.338
Redução no ativo			
Contas a receber de clientes		1.034	117
Tributos a recuperar		(358)	-
Estoques		(3)	-
Outros ativos circulantes		563	2.081
Depósitos judiciais	10	-	118
Outros realizáveis a longo prazo		(339)	-
		897	2.316
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		10	(75)
Salários, férias e encargos sociais		95	81
Impostos e contribuições sociais a recolher		24	(1.693)
		129	(1.687)
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro		(119)	(427)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		275	3.540
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital pagos		-	57
Alienação de investimentos		35	-
Aplicações em investimentos de curto prazo		10.851	8.730
Resgates em investimentos de curto prazo		(8.188)	(11.013)
Aquisições e Investimentos		-	(58)
Adições no imobilizado	11	(126)	(217)
Adições no intangível	12	(110)	(99)
Caixa líquido (aplicado) proveniente nas atividades de investimentos		2.462	(2.600)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio		(2.327)	-
Pagamento de arrendamento principal	13.b	(300)	(633)
Juros sobre arrendamentos	13.b	(117)	(334)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(2.744)	(967)
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(7)	(27)
Demonstração do redução no caixa e equivalente de caixa			
Saldo no início do exercício	4	193	220
Saldo no final do exercício	4	186	193
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(7)	(27)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A AF Energia S.A (“Companhia”) é uma sociedade que tem por objetivo o exercício das atividades de prestação de serviços de operação de linhas de transmissão, subestações e usinas geradoras de energia elétrica como também assessoria e consultoria em engenharia. A sede da Companhia encontra-se instalada na rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, cj. 151, sala I, Vila Olímpia, São Paulo - SP.

2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de conformidade

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 02 de agosto de 2024.

Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, os mensurados a valor justo.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam os saldos contábeis sujeitos a tais premissas e estimativas. baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 - Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: disponibilidade de lucro tributável no futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota 16** - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos

somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A

despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativo Financeiro

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia.

3.3 Participações em outras companhias

A Companhia possui participações em outras sociedades, no entanto, esses investimentos são imateriais para divulgação.

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.5 Imobilizado

O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de depreciação.

3.6 Intangível

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização.

3.7 Tributação

3.7.1 *Impostos sobre prestação de serviços*

As receitas com prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e,
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%.

Esses tributos são deduzidos das receitas com prestação de serviços, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.7.2 *Imposto de renda e contribuição social - correntes*

O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social (CS) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

3.8 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita de prestação de serviço de acordo com o princípio da competência, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre os serviços contratados para o tomador dos serviços. A apuração dos serviços ocorrem em bases mensais.

3.8.1 Receita de prestação de serviço

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3.9 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

3.10 Arrendamentos

A Companhia com base em sua avaliação sobre o arrendamento, se o mesmo transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, classificava-os como operacionais ou financeiros. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas.

3.11 Novas normas e interpretações

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis:

- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23)
- Divulgação de políticas contábeis (alterações no CPC 26); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32).

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 ou após, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Alterações ao CPC 06 Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback; e
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 e CPC 40 .

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração 31/12/2023 e 31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Banco conta movimento	-	186	186
Aplicações financeiras automáticas	20% do CDI	-	7
		186	193

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

5 Investimentos de curto prazo

	Remuneração		31/12/2023	31/12/2022
	31/12/2023	31/12/2022		
Fundo de Investimento - STA Energia 101,94% do CDI		102,06% do CDI	5.748	7.498

A Companhia aplica seus recursos no fundo de investimento, Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de operação e manutenção	517	1.551

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

7 Tributos e contribuições sociais a compensar

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	470	-
Instituto Nacional de Seguro Social - INSS	-	112
	470	112

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2022	Constituição / (Realização)	Saldo em 31/12/2023
Ativo (i)			
Imposto de renda diferido	771	16	787
Contribuição social diferida	327	6	333
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo	1.098	22	1.120

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

(i) Ativo

Este saldo é composto por prejuízos fiscais acumulados, cuja recuperabilidade foi estimada por projeções elaboradas pela Companhia, e são revisadas anualmente, quanto à evolução positiva dos resultados futuros.

A estimativa das parcelas de realização dos ativos diferido é conforme o mapa abaixo:

	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Estimativa de realização IRPJ diferido - Prejuízo Fiscal	82	84	87	534	787
Estimativa de realização CSLL diferida - Prejuízo Fiscal	29	30	31	243	333
	111	114	118	777	1.120

9 Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os valores a receber referenta o repasse de arrendamentos são compostos da seguinte forma:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Partes relacionadas	18.1	-	572
		-	572
Não circulante			
Partes relacionadas	18.1	-	2.383
		-	2.383

As transações com partes relacionadas em 2022, referem-se a valores a receber referente ao rateio de arrendamento entre as empresas do grupo, referente ao espaço administrativo. A partir de junho de 2023, o arrendamento passou a ser contratado pela Alupar Investimento S.A.

10 Depósitos Judiciais

	31/12/2022	31/12/2023
<u>Natureza dos depósitos judiciais</u>		
Trabalhistas	37	37
Fiscais	364	364
	401	401

11 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2021	Adições	Outros (*)	31/12/2022	Adições	Outros (*)	31/12/2023
<u>Em serviço</u>								
Computadores e Periféricos	14%	312	205	-	517	101	-	618
Móveis e Utensílios	8%	49	12	-	61	25	-	86
Direito de uso sobre arrendamento	10%	228	-	30	258	-	5	263
Total do custo do imobilizado		589	217	30	836	126	5	967
<u>Depreciação</u>								
Computadores e Periféricos		(145)	(72)	-	(217)	(91)	-	(308)
Móveis e Utensílios		(17)	(5)	-	(22)	(7)	-	(29)
Direito de uso sobre arrendamento		(52)	(64)	-	(116)	(67)	-	(183)
Total da depreciação		(214)	(141)	-	(355)	(165)	-	(520)
Total do imobilizado líquido		375	76	30	481	(39)	5	447

(*) Outros refere-se a remensuração do arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não identificou indicativos de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.

12 Intangível

	Taxa média anual de amortização	31/12/2021	Adições	31/12/2022	Adições	31/12/2023
<u>Em serviço</u>						
Softwares	12%	180	99	279	110	389
Total do custo do intangível		180	99	279	110	389
<u>Amortização</u>						
Softwares		(99)	(33)	(132)	(52)	(184)
Total da amortização		(99)	(33)	(132)	(52)	(184)
Total do intangível líquido		81	66	147	58	205

13 Arrendamentos

a) As principais características e o saldo de arrendamentos são compostos da seguinte forma:

Condições Contratuais								
Prazo médio	Valor presente dos pagamentos	Índice de Reajuste	Periodicidade da Amortização	31/12/2023		31/12/2022		
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Imóveis	5 anos	88	IGP-M	Mensal	75	13	638	2.468

b) As movimentações de arrendamentos é compostas da seguinte forma:

	31/12/2021	Ingresso	Encargos	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2022	Ingresso	Encargos	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Outros*	31/12/2023
Arrendamentos	6.408	(2.669)	334	(633)	(334)	3.106	5	117	(300)	(117)	(2.723)	88
	6.408	(2.669)	334	(633)	(334)	3.106	5	117	(300)	(117)	(2.723)	88

Circulante	638	Circulante	75
Não circulante	2.468	Não circulante	13
Total	3.106	Total	88

(*) Outros refere-se a contrato de arrendamento transferido para Alupar.

14 Salários, férias e encargos sociais

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>		
IRRF s/Folha de Pagamento	69	60
INSS s/Folha de Pagamento	190	168
FGTS s/Folha de Pagamento	59	54
Empréstimo Consignado	3	-
Férias	347	307
13º Salário	-	-
Participação nos Lucros e Resultados	768	752
	1.436	1.341

15 Tributos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	19
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	17
Contribuição para Financ. da Seguridade Social - COFINS	16	54
Imposto Sobre Serviços - ISS	21	36
Outros	11	13
	48	139

16 Provisões para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

- (a) **PERDA PROVÁVEL:** não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.
- (b) **PERDA POSSÍVEL:** não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda possível resumem-se à:
 - (i) **Demandas Tributárias:** um processo judicial de natureza tributária (três em 31 de dezembro de 2022), de valor em risco aproximado de R\$ 145 (R\$ 384 em 31 de dezembro de 2022).
 - (ii) **Demandas Trabalhistas:** dois processo judicial de natureza trabalhista (um em 31 de dezembro de 2022), de valor em risco aproximado de R\$ 278 (R\$ 206 em 31 de dezembro de 2022).
 - (iii) **Demandas Cíveis, Penais, Ambientais e Regulatórias:** Não existem demandas judiciais ou administrativas dessas naturezas que, individualmente e, na avaliação da Administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

17 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 7.370. A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é a seguinte:

	Ordinárias			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimento S.A	7.369.997	99,99	7.369.997	99,99
Acionistas pessoas físicas	3	0,01	3	0,01
Total das ações	7.370.000	100,00	7.370.000	100,00

Reserva de Lucros

a. Reserva legal

- 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado, totalizando R\$122 em 31 de dezembro de 2022. Não houve reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 por que a Companhia auferiu prejuízo no exercício no qual foi compensado com o saldo da reserva legal.

b. Lucros retidos

- Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

c. Dividendos

- Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.
- Em 05 de junho de 2023 a Companhia, através de reunião do conselho de administração, declarou dividendos intermediários à conta de reserva de lucros no montante total de R\$ 1.746, pago em dezembro de 2023.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(47)	3.672
Absorção do prejuízo	-	(1.222)
Subtotal	(47)	2.450
Reserva legal	-	(122)
Reserva de lucros retidos	47	(1.746)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(582)
Saldo de lucros do exercício	-	-

18 Partes relacionadas

18.1 Transações com partes relacionadas – Balanço patrimonial

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante			
Prestação de Serviços - Ferreira Gomes Energia S. A		118	327
Prestação de Serviços - Foz do Rio Claro Energia S. A		111	161
Prestação de Serviços - Ijuí Energia S. A		118	159
Prestação de Serviços - Usina Paulista Queluz de Energia S. A		47	60
Prestação de Serviços - Usina Paulista Lavrinhas de Energia S. A		47	708
Prestação de Serviços - Verde 8 Energia S. A		66	126
Prestação de Serviços - Energia dos Ventos I S. A		2	2
Prestação de Serviços - Energia dos Ventos II S. A		2	2
Prestação de Serviços - Energia dos Ventos III S. A		2	2
Prestação de Serviços - Energia dos Ventos IV S. A		2	2
Prestação de Serviços - Energia dos Ventos X S. A		2	2
Créditos a Receber - Alupar Investimento S.A	9	-	572
		517	2.123
Ativo Não Circulante			
Créditos a Receber - Alupar Investimento S.A	9	-	2.383
Passivo Circulante			
Arrendamento -Alupar Investimento S.A		-	572
Dividendos declarados - Alupar Investimento S.A.		-	582
		-	1.154

18.2 Transações com partes relacionadas – Demonstração do resultado

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Demonstrações do Resultado			
Prestação de Serviços - Ferreira Gomes Energia S. A		2.160	3.982
Prestação de Serviços - Foz do Rio Claro Energia S. A		1.512	1.924
Prestação de Serviços - Ijuí Energia S. A		1.524	1.941
Prestação de Serviços - Usina Paulista Queluz de Energia S. A		541	361
Prestação de Serviços - Usina Paulista Lavrinhas de Energia S. A		730	1.418
Prestação de Serviços - Verde 8 Energia S. A		789	770
Prestação de Serviços - Energia dos Ventos I S. A		28	26
Prestação de Serviços - Energia dos Ventos II S. A		28	26
Prestação de Serviços - Energia dos Ventos III S. A		28	26
Prestação de Serviços - Energia dos Ventos IV S. A		28	26
Prestação de Serviços - Energia dos Ventos X S. A		28	26
	18	7.396	10.526
Receita Financeira			
Créditos a receber - Alupar Investimento S.A	21	127	318

19 Receita operacional líquida

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita Bruta			
Serviços de operação e manutenção - partes relacionadas	18.2	7.396	10.526
		7.396	10.526
Deduções			
PIS - Programa de integração social		(122)	(174)
COFINS - Contribuição para o financ. da seguridade social		(562)	(800)
ISS - Imposto sobre Serviços		(296)	(421)
		(980)	(1.395)
Receita operacional líquida		6.416	9.131

20 Custos e despesas operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Custos gerenciáveis		
Seguros	(1)	(2)
Alugueis	(34)	(19)
Pessoal	(6.224)	(5.709)
Material	(68)	(57)
Serviços de Terceiros	(721)	(494)
Reversão de contingências e custas judiciais	(59)	-
Outras	(11)	(7)
	(7.118)	(6.288)
Depreciação e Amortização	(212)	(174)
	(212)	(174)
Total	(7.330)	(6.462)

21 Resultado Financeiro

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Financeiras			
Receita líquida de aplicações financeiras (*)		871	737
Receitas financeira - créditos a receber	18.2	127	318
Outras receitas		-	12
Total		998	1.067
Despesas Financeiras			
Despesa financeira - arrendamentos		(117)	(334)
Outros despesas financeiras		(36)	(8)
Total		(153)	(342)
Resultado Financeiro Líquido		845	725

(*) O montante das receitas com aplicações financeiras estão líquidos dos impostos.

22 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(69)	(69)	3.394	3.394
(-/+ Adições e/ou exclusões	4	4	16	222
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(65)	(65)	3.410	3.616
Compensação de prejuízo Fiscal 30%	-	-	(1.085)	(1.085)
Base de cálculo IRPJ e CSLL após compensação	(65)	(65)	2.325	2.531
IRPJ (15%)	-	-	349	-
Alíquota de adicional IRPJ 10% (Exceder R\$ 20/Mês R\$ 240/Ano)	-	-	229	-
Incentivos Fiscais				
(-) PAT	-	-	15	-
CSLL 9%	-	-	-	228
Total dos tributos correntes	-	-	593	228
Tributos diferidos	(16)	(6)	(771)	(328)
Total dos tributos	(16)	(6)	(178)	(100)

23 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

23.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil, do valor justo e hierarquia dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis :

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	31/12/2023		31/12/2022		Mensuração do Valor Justo	Classificação por Categoria
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo						
Caixa	186	186	186	186	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	-	-	7	7	Nível II	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	5.748	5.748	7.498	7.498	Nível II	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	517	517	1.551	1.551	-	Custo amortizado
	6.451	6.451	9.242	9.242		
Passivo						
Fornecedores	142	142	133	133	-	Custo amortizado
	142	142	133	133		

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

23.2 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2023, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		5,32%	7,97%	10,63%	13,29%	15,95%
Aplicações financeiras automáticas	-	-	-	-	-	-
Investimentos de curto prazo	5.748	306	458	611	764	917

* * *

João Paulo Mendes do Nascimento
 Contador - CRC 1SP218586/O-1